

NARRANDO O INENARRÁVEL: A LITERATURA DE TESTEMUNHO DE BERNARDO KUCINSKI

NARRATING THE UNSPEAKABLE: THE LITERATURE OF TESTIMONY BERNARDO KUCINSKI

Izabel Priscila Pimentel da Silva

Doutoranda em História pela UFF

belprisk@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo principal analisar o livro “K”, de Bernardo Kucinski, a partir de sua inserção na literatura de testemunho e como representante de um momento crucial na história contemporânea do Brasil: a ditadura civil-militar (1964-1985). Abordaremos ainda o papel do testemunho na era das catástrofes e a complexa narrativa do trauma. Nesse sentido, o recurso ao universo literário e ficcional tem sido um meio de expressão privilegiado para os sobreviventes de experiências traumáticas.

Palavras-Chave: Literatura de Testemunho. Trauma. Ditadura.

Abstract

This article analyses the book "K" by Bernardo Kucinski, from its insertion in the testimony literature and as representative of a crucial moment in the contemporary history of Brazil: the civil-military dictatorship (1964-1985). We will also discuss the role of testimony in the era of disasters and complex narrative of trauma. In this sense, the use of literary and fictional universe has been a privileged means of expression for survivors of traumatic experiences.

Keywords: Testimony Literature. Trauma. Dictatorship.

Introdução

*Recordar es siempre, en mayor o menor medida,
olvidar algo; es desplazar la mirada retrospectiva y
recomponer, así, un paisaje distinto del pasado.*
Henry Rousso¹

Um passado presente. Restauração de velhos centros urbanos, proliferação de museus, modas retrô, comercialização de nostalgias, literatura memorialística, documentários históricos, revisões historiográficas... Mais do que nunca, as sociedades contemporâneas buscam, por diversos meios, estabelecer uma volta ao passado, visando, sobretudo, a preservação de sua memória:

Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX.²

Para Andreas Huyssen, a partir da queda do Muro de Berlim, do fim das ditaduras latino-americanas e do *apartheid* na África do Sul, podemos detectar a expansão de uma cultura e de uma política de memória, que tem atingido proporções monumentais em diversos pontos do mundo.³ De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, podemos constatar nas sociedades contemporâneas uma alteração nas relações com o futuro e o passado.⁴ O futuro, que era apresentado como o tempo das realizações e da afirmação do progresso, cedeu lugar a um tempo que reservaria maiores possibilidades de certeza e segurança: *o passado*. Nesse sentido, ainda segundo o autor,

¹ ROUSSO, Henry. “El estatuto del olvido”. In: BARRET-DUCROQ, Françoise (org.). *Por qué recordar?* Foro Internacional “Memoria e Historia”, UNESCO/SORBONNE. Buenos Aires: Granica, 2002, p. 88.

² HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9.

³ Idem, p. 9-17.

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História, memória e patrimônio”. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008, p. 38.

a explosão recente das narrativas memorialísticas, dos discursos testemunhais e de uma febre patrimonial, articulam-se a esse processo de mudanças com relação à nossa percepção da passagem do tempo e de seus efeitos. São novas formas do presente capturar o passado e produzir sentido para as sociedades contemporâneas.⁵

Esse *boom* da memória, segundo Jeanne Marie Gagnebin, “faz dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens”.⁶ A “celebração” do passado está intrinsecamente relacionada aos embates do *presente* no campo político, ideológico e historiográfico. Assim sendo, “o que, sem dúvida, importa realmente é a maneira pela qual o passado é tornado presente”.⁷ Nesse sentido, ao historiador tem sido lançado o desafio de compreender as leituras do passado que as memórias coletivas empreendem.

O campo da produção literária foi particularmente impactado por essa cultura da memória, sobretudo através da literatura produzida a partir do testemunho dos sobreviventes de experiências traumáticas. Na Europa, essa literatura-testemunho ganhou destaque, como salientou Livia Reis, a partir

dos relatos de sobreviventes do holocausto e se articula sobre a linha tênue da necessidade de narrar a barbárie e a insuficiência de linguagem diante do horror e do trauma, paradoxo que põe em cheque a relação entre o real e o ficcional, entre história e ficção. É possível a realidade verbal, de linguagem, traduzir um excesso de realidade “vívida”?⁸

Na América Latina, e mais particularmente no Brasil, estes questionamentos foram trazidos à tona, sobretudo após o processo de redemocratização e a avalanche de textos memorialísticos escritos por ex-militantes de esquerda – sobreviventes das torturas, da prisão e/ou do exílio a que foram submetidos durante a ditadura civil-militar – e também pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos no país.

A capacidade narrativa destes sobreviventes ou familiares – que muitas vezes também são sobreviventes das violações dos direitos humanos perpetradas durante o regime militar –

⁵ Idem.

⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 97.

⁷ ADORNO, Theodor W. *apud* GAGNEBIN, Jeanne Marie. *op. cit.* p. 102.

⁸ REIS, Livia. “Testemunho como construção da memória”. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê Letras e Direitos Humanos*, nº 33, 2007, p. 78.

está diretamente relacionada às variadas formas de elaboração do *trauma* vivido. Em muitos casos, a *literatura* configurou-se como o caminho possível para narrar o inenarrável. Mas, se por um lado os recursos literários aparecem como estratégias narrativas de situações-limite, por outro lado, Márcio Seligmann-Silva, constata a “insuficiência da linguagem diante de fatos (inenarráveis) como também – e com um sentido muito mais trágico – a percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua conseqüente inverosimilhança”.⁹

Nesse sentido, abordaremos na primeira parte deste artigo a complexa narrativa do trauma e o papel do testemunho na era das catástrofes; e na segunda, enfocaremos a literatura testemunhal, elegendo como principal eixo de análise o livro “K”, de Bernardo Kucinski, que, recorrendo ao universo literário, retrata a dor dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil.

2. Testemunho, Trauma e Narrativa

La importancia de los testimonios se hace más evidente cuando se piensa en que aportan algo que no es idéntico al conocimiento puramente documental.
Dominick LaCapra¹⁰

A memória é, para o historiador, ao mesmo tempo fonte e objeto de estudo. Nesse sentido, as pesquisas que trabalham com a metodologia da *história oral* representam importantes instrumentos para a compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades. Desde a década de 1980, sobretudo nos trabalhos que abordam os anos da ditadura civil-militar brasileira, os *testemunhos* de ex-militantes políticos revelaram-se uma das fontes preferenciais para os historiadores.

Beatriz Sarlo alerta para os limites e perigos da proeminência destas memórias, narradas na primeira pessoa, que supervalorizam o caráter de *subjetividade*. Segundo a autora, nas últimas décadas, o testemunho alcançou ampla repercussão e foi transformado em um ícone da verdade, que não se sujeita a críticas e/ou desconfianças, sobretudo quando se trata de *vítimas*

⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 46.

¹⁰ LACAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005, p. 105.

de uma experiência traumática (como as prisões e torturas durante os regimes ditatoriais), cujo relato de sofrimento seria impenetrável aos questionamentos. Para Sarlo,

o testemunho (...) é composto daquilo que um sujeito permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas idéias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com sua experiência.¹¹

Contudo, como destacou Marieta Ferreira, quando o historiador adota uma perspectiva que privilegia as relações entre história e memória, é possível “neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa”.¹²

A análise do papel do testemunho de catástrofes e/ou experiências traumáticas tem ganhado cada vez mais espaço na produção acadêmica contemporânea. Segundo Márcio Seligmann-Silva, “o testemunho é uma modalidade da memória”.¹³ Nesse sentido, a *memória traumática* representa um amálgama entre a memória individual e coletiva e um compromisso com o passado e seus mortos. Dentro dessa perspectiva, pode-se afirmar que “o testemunho em geral narra a construção de subjetividades coletivas”.¹⁴

A origem da noção de testemunho é jurídica. Partindo das análises de Seligmann-Silva, podemos apontar duas palavras em latim que denominam o testemunho: *testis* e *superstes*. A primeira indica o testemunho de um terceiro elemento na cena jurídica, que não é a vítima, mas ainda assim é capaz de comprovar e certificar a verdade dos fatos. Por outro lado, *superstes* assinala a pessoa que passou por uma provação, ou seja, o *sobrevivente*.¹⁵ Os sobreviventes são

¹¹ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 58-59.

¹² FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*, nº 5, Rio de Janeiro, 2002, pp. 314-332. p. 321.

¹³ SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Narrar o trauma- A questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1, 2008, p. 73.

¹⁴ PENNA, João Camillo. “Este corpo, esta dor, esta fome: Notas sobre o testemunho hispano-americano”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.). *História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 311.

¹⁵ SELIGMANN-SILVA, Márcio. “O testemunho: entre a ficção e o ‘real’”. In: _____ (org.). *História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 375-376; SELIGMANN-

aqueles que, de certa forma, não experimentaram o pior – a morte – e, a partir de então, passam a conviver, por um lado, com o sentimento de culpa pela sobrevivência e, por outro, com um sentimento de compromisso para com os companheiros mortos. A concepção de sobrevivente está associada ao conceito de *mártir*, como assinalou Seligmann-Silva:

Mártir é aquele que sofre e morre para testemunhar sua fé. O mártir (do grego *mártus-uros*, aquele que testemunha, ou seja, que percebe o mundo), ao testemunhar de modo único esta fé universal, torna-se ele mesmo um exemplo, um modelo, uma vida exemplar, que as hagiografias até o século XX reproduziam com certo sucesso. Aquele que testemunha um fato excepcional muitas vezes torna-se também uma figura exemplar. Sabemos do valor atribuído em nossa sociedade aos sobreviventes. Eles representam exemplos únicos daqueles que viram de perto atrocidades inomináveis. Eles portam estas verdades e são tratados como porta-vozes delas.¹⁶

O escritor Primo Levi, um sobrevivente dos campos de concentração nazistas, afirmou a necessidade de narrar dos sobreviventes: “A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com as outras necessidades elementares”.¹⁷ Contudo, a necessidade de narrar contrastava com a indiferença daqueles que não queriam ouvir: “Porque o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos [dos sobreviventes], na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?”.¹⁸

Nesse sentido, a filósofa Jeanne Marie Gagnebin aponta para a necessidade de uma ampliação no conceito de testemunha. Para ela,

a testemunha não seria somente aquele que viu com os próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a esboçar uma outra história, a inventar o presente.¹⁹

SILVA, Márcio. “‘Zeugnis’ e ‘Testimonio’: um caso de intraduzibilidade entre conceitos”. *Revista Letras*, nº 22, janeiro-junho 2001, p. 126.

¹⁶ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *op. cit.*, 2008, p. 73.

¹⁷ LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 7.

¹⁸ *Idem*, p. 60.

¹⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Memória, história, testemunho”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2005, p. 93.

Dentro dessa perspectiva, o historiador que trabalha com história oral e que utiliza os testemunhos como fonte e/ou objeto de suas pesquisas converte-se também em uma *testemunha secundária*, para usar a expressão cunhada por Dominick LaCapra²⁰, ou seja, aquele que se dispõe a ouvir a narrativa daqueles que sentem a necessidade de narrar suas experiências traumáticas.

E como narrar o inenarrável? O *trauma*, como assinalou o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “pode convocar ao esquecimento, convocar à obliteração da expressão, ele pode provocar a incapacidade de dizer, de fazer ver, de representar, ele pode gerar o bloqueio da capacidade inventiva, poética, criativa dos indivíduos e das coletividades”.²¹ De fato, são muitas as dificuldades para expressar o horror das experiências traumáticas, como apontou Paul Ricoeur: “A experiência a ser transmitida é de uma inumanidade sem comparação com a experiência do homem ordinário”.²² O filósofo alemão Walter Benjamin, no ensaio *O Narrador*, de 1936, ressaltou o fim da narração tradicional. Para Benjamin, os sobreviventes que voltaram das trincheiras da Grande Guerra²³ retornaram mudos, “porque aquilo que vivenciaram não podia ser mais assimilado por palavras”.²⁴

No entanto, apesar destas dificuldades, não são poucos os sobreviventes de experiências traumáticas que conseguiram falar, testemunhar e compartilhar, na medida do possível, o horror de um passado que se recusa a passar. No caso das ditaduras sul-americanas, desde os processos de redemocratização vivenciados, de forma diferenciada, ao longo da década de 1980, podemos constatar uma proliferação de relatos testemunhais de grande impacto nessas sociedades. Em alguns casos, como na Argentina, estes depoimentos foram fundamentais para os processos judiciais movidos contra os perpetradores de crimes contra os direitos humanos. O papel dos testemunhos no cenário político e social na América Latina contemporânea foi ressaltado por Seligmann-Silva: “(...) desde os anos 1960, o conceito de testemunho adquiriu uma centralidade enorme no contexto de resistência às ditaduras que assolaram o continente”.²⁵

²⁰ LACAPRA, Dominick. *op. cit.*, p. 115.

²¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “As sombras brancas: trauma, esquecimento e usos do passado”. In: Varella, Flávia Florentino et al (orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 56.

²² RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007, p. 186-187.

²³ Walter Benjamin, judeu alemão, vivenciou a perseguição anti-semita dos nazistas, mas morreu em 1940, antes do final da 2ª Guerra Mundial e da *Shoah*, o extermínio maciço de judeus nos campos de concentração nazistas espalhados pela Europa. Benjamin não conheceu os campos de concentração graças a seu suicídio.

²⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *op. cit.* 2005, p. 85.

²⁵ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *op. cit.* 2008, p. 74.

Esses relatos testemunhais, para além das complexas relações entre história e memória, também apontam para a temática da *retórica*. A historiadora Maria Paula Araújo explicita a questão:

Nos depoimentos não existe apenas uma relação entre memória e esquecimento, não se trata apenas de selecionar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, mas também como as coisas devem ser contadas ao entrevistador. Ou seja, a retórica é fundamental. Como narrar uma vida de tal forma que ela faça sentido, apesar (ou por causa) das prisões, exílios, torturas, perdas, mortes, etc.²⁶

Dentro dessa perspectiva, a noção de testemunho também está intrinsecamente relacionada à *narrativa*. Jeanne Marie Gagnebin, estudiosa da obra de Walter Benjamin, analisa a figura do narrador examinada no conto homônimo do autor já mencionado anteriormente. Segundo ela, o narrador seria também uma espécie de “catador de sucata e de lixo, esse personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder”.²⁷

Na concepção de Gagnebin, a função do historiador seria análoga à do narrador sucateiro:

(...) não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter importância nem sentido, algo com o que a história oficial não saiba o que fazer. (...) o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido. (...) não se trata somente de não esquecer o passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente.²⁸

Assim sendo, as problemáticas que envolvem as relações entre memória e esquecimento, as experiências traumáticas e o papel dos testemunhos na era das catástrofes estão amalgamadas ao ofício do historiador, em especial aos que se dedicam à história do tempo

²⁶ ARAUJO, Maria Paula. “Uma história oral da anistia no Brasil: Memória, testemunho e superação”. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S. & ARAUJO, Maria Paula (orgs.). *Marcas da memória: História oral da anistia no Brasil*. Pernambuco: Ed. UFPE, 2013, p. 15.

²⁷ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *op. cit.* 2005, p. 88.

²⁸ Idem, p. 88-89.

presente. Nesse sentido, faço minhas as palavras do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

Os historiadores devem ser agentes do luto social, aqueles que expõem o sangue derramado e o cheiro de carne calcinada para que se clame novamente contra a injustiça e o crime produzidos. A história deve ser o trabalho com o trauma para que ele deixe de alimentar a paralisia (...) e possa levar à ação, à criação, à invenção, à afirmação da vida naquilo que ela tem de beleza.²⁹

3. Literatura de Testemunho: Os caminhos de “K”

(...) *entrecruzamiento de narrativa e historia, la alianza de ficción y realidad, la voluntad, en fin, de canalizar una denuncia, dar a conocer o mantener viva la memoria de hechos significativos*”.
Mabel Moraña³⁰

A segunda metade do século XX foi marcada, como já apontamos, pela proliferação de relatos testemunhais, que surgem sob diversas formas de expressão: depoimentos, filmes ficcionais, documentários, cartas, memórias, autobiografias, romances. Nesse último caso, as obras literárias configuram-se como espaço privilegiado para a discussão acerca de como retratar as marcas da convivência com o horror, o que nos remete à tensão entre a catástrofe e as possibilidades ou limites de sua representação.

Os textos literários de forte teor *testemunhal* que abordam as grandes catástrofes predominantemente do século XX – como as guerras mundiais, as experiências nos campos de concentração e a violência de Estado durante as ditaduras civil-militares na América Latina – compõem o que se convencionou chamar de *literatura de testemunho*. Para Márcio Seligmann-Silva, a literatura de testemunho é mais do que um gênero:

É uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a história da literatura (...) seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. (...) esse “real” não deve ser confundido com “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser

²⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *op. cit.* p. 65-66.

³⁰ MORAÑA, Mabel. “Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonial hispanoamericana en el siglo XX”. In: PIZARRO, Ana (org.) *América Latina: palabra, literatura e cultura*. Campinas: Ed. Unicamp/Memorial da América Latina, 1993, p. 488.

compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação.³¹

Dentro da literatura de testemunho, podemos identificar duas tendências, como apontou Valéria de Marco:

Uma, a hegemônica, reserva-a à produção dos sobreviventes, recusa-lhe qualquer aproximação à ficção, examina-a a partir de critérios éticos e nega-se a considerá-la à luz da estética. A outra tendência, ao contrário, privilegia em seu exercício crítico as questões de natureza literária, desdobrando-se assim no âmbito da estética; não restringe seu *corpus* à produção dos sobreviventes.³²

No campo da segunda tendência, lança-se um grande desafio ao escritor ligado à literatura de testemunho:

(...) o escritor interroga-se sobre a possibilidade de encontrar a frase justa e a imagem adequada, sobre o poder de expressão da palavra e os impasses de traduzir o vivido, de dizer o indizível. Repõe-se a noção do antigo tópico estético do “sublime” mas este não está mais no plano elevado do belo; está nos subterrâneos do horror. E, na busca por representá-lo, é necessário reproduzir o paradoxo entre a dimensão do instante da matéria a ser tratada e a linguagem da permanência, a tensão entre passado e presente, a contradição entre a ambigüidade e a literalidade, os impasses entre a poesia da imediatez ou o estilo do excesso de realidade, o significado da repetição ou das reticências e a convivência com a escassez da sintaxe explicativa ou do espaço para o jogo da imaginação.³³

Ainda no que tange à literatura de testemunho, Seligmann-Silva atenta para a *necessidade do registro ficcional*:

Apenas a passagem pela imaginação poderia dar conta daquilo que escapa ao conceito. (...) Mas a imaginação não deve ser confundida com a “imagem”: o que conta é a capacidade de *criar* imagens, comparações e, sobretudo, de *evocar* o que não pode ser diretamente apresentado e muito menos representado.³⁴

³¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *op. cit.*, 2003, p. 373.

³² MARCO, Valéria de. “A literatura de testemunho e a violência de Estado”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 62, São Paulo, 2004, p. 57.

³³ MARCO, Valéria de. *op. cit.* p. 57.

³⁴ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *op. cit.*, 2003, p. 380.

Nesse sentido, a ficção torna-se fundamental para a expressão do trauma. Como destacou Seligmann-Silva, as “figuras de linguagem, as sobreposições de períodos temporais, a narração em terceira pessoa, a criação de personagens imagináveis, as metáforas”³⁵ são algumas das ferramentas utilizadas pela literatura de testemunho.

Assim sendo, o recurso da “ficção”, que não deve ser associado à mentira, foi utilizado por muitos autores, eles mesmos sobreviventes de experiências traumáticas, como a única maneira pela qual foram capazes de efetuar a “passagem” do trauma – encarado aqui como “uma perfuração na nossa mente e como uma ferida que não se fecha”³⁶ – para o texto literário.

Entre a ampla produção de literatura de testemunho publicada no Brasil nas últimas décadas, elegemos analisar neste artigo o livro “K”, de Bernardo Kucinski. Lançado em 2011 pela Editora Expressão Popular, este é o primeiro livro de “ficção” do escritor e jornalista Bernardo Kucinski, que possui dezenas de livros publicados, nas áreas de comunicação, economia e ciência política. “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”, alerta o autor ao leitor logo na primeira página do livro.³⁷ E foi justamente recorrendo pela primeira vez à imaginação, que o escritor conseguiu narrar de forma corajosa, bela e trágica o episódio traumático que afetou de forma indelével toda sua família – o *desaparecimento* de sua irmã, Ana Rosa Kucinski.

Além de escrever na forma de romance, o autor também não se colocou como o sujeito da narrativa. O texto não é escrito na primeira pessoa do singular, mas sim na terceira pessoa: todo o livro gira em torno do senhor K. – o patriarca dos Kucinski, um pai idoso e atormentado pelo “desaparecimento” da filha caçula.

Imigrantes judeus de origem polonesa, K. e sua esposa tiveram praticamente toda sua família morta na Europa. De seu casamento, nasceram três filhos: dois meninos e uma menina. A esposa, que sofria de depressão e, de certa forma, desprezava a filha, morreria vítima de câncer. A segunda mulher não se dava bem com a filha. K. dedicava-se quase que exclusivamente aos estudos da língua ídiche e fechava-se para o mundo ao seu redor. Mas o seu universo seria totalmente alterado a partir de 1974, quando, após 10 dias sem notícias da filha, K. pressentiu que algo muito sério lhe acontecera e iniciou então uma dolorosa e perseverante busca pela filha “desaparecida”.

³⁵ Idem, p. 378.

³⁶ Idem, p. 383.

³⁷ KUCINSKI, Bernardo. *K*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 14.

Ao procurar a filha, o pai descobre um outro lado de sua vida que ele desconhecia: Ana Rosa, que era professora doutora de Química na conceituada Universidade de São Paulo (USP), era casada há 4 anos com o físico Wilson Silva. E mais: ambos eram militantes da *Ação Libertadora Nacional* (ALN), uma das dezenas de organizações revolucionárias que se notabilizaram no cenário político nacional durante a ditadura civil-militar brasileira.

A partir de então, o leitor é levado a percorrer os caminhos trilhados por K. em sua desesperada busca. Acompanhamos a angústia de um pai ansioso por encontrar a filha; a frustração da ausência de informações; as pistas falsas; as chantagens; a indiferença de uns e o silêncio cúmplice de outros; o sarcasmo dos agentes da repressão que se divertiam com sua busca; os falsos presentes enviados do exterior para despistar/sossegar o pai incansável.

Sem uma narrativa linear, o livro apresenta-se em forma de capítulos/contos, por um lado fragmentados e, por outro, unidos pelo eixo central que atravessa o livro: a dor dilacerante de um pai em busca da filha. O autor, em seu exercício de imaginação, também dá voz à subjetividade do inimigo: o delator, o informante do regime, o torturador, a amante do temido Sérgio Paranhos Fleury, delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em São Paulo na década de 1970, considerado a encarnação da repressão da ditadura. Nesse âmbito, o senhor K. é a síntese de vários personagens, incluindo o próprio Bernardo Kucinski, como ressaltou o autor: “Fui eu quem estive com a amante do Fleury para escrever um dos capítulos. Essa transferência foi uma forma que encontrei”.³⁸ Talvez ao se “apagar” da história e transpor-se para outro personagem, Bernardo consiga ter coragem para narrar seu trauma e o da sua família. Não à toa, “Acendo a história, me apago a mim”, citação do escritor moçambicano Mia Couto, é, sugestivamente, uma das epígrafes que abre o livro de Bernardo.

A saga do senhor K. emociona o leitor. K. não desiste. Move mundos e fundos. Utiliza seu dinheiro e contatos para tentar localizar a filha. Recorre à Anistia Internacional em Londres, à Cruz Vermelha em Genebra, à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), à American Jewish Committee nos Estados Unidos. Tudo em vão. Mas ele não se cansa. Ele não se cala. E se inicialmente agia com discrição, agora, tal qual as Mães da Praça de Maio na Argentina, ele ergue a voz, empunha cartazes, procura os jornais: “o pai que procura a filha desaparecida não tem medo de nada”.³⁹

³⁸ KUCINSKI, Bernardo *apud* LUÍSE, Desirée. “Livro ‘K’ é a expressão da dor de vítimas da ditadura”. *Caros Amigos*. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/cultura/noticias/2294-livro-k-e-a-expressao-da-dor-de-familias-vitimas-da-ditadura>>. Acessado em 03/02/2013.

³⁹ KUCINSKI, Bernardo. *op. cit.*, p. 89.

O tempo passa. A morte presumida, até então impensável, transforma-se numa certeza dolorosa. A esperança de encontrar a filha viva vai cedendo lugar ao desejo de, ao menos, saber ao certo o que lhe aconteceu. Ao menos localizar seu corpo. Ao menos lhe dar um ritual fúnebre. Ao menos ver seu nome numa lápide. Ao menos ter um lugar onde chorar. Mas nem isso lhe foi permitido. Ana Rosa Kucinski (e seu marido) são até hoje considerados *desaparecidos políticos*.

Segundo Ludmila Catela, o desaparecimento pode ser encarado como uma *morte inconclusa*.⁴⁰ A falta de informações sobre o que de fato aconteceu a um ente querido e a não localização de seu respectivo corpo leva seus familiares a estar sempre buscando pistas e esperando um possível retorno que nunca se concretiza. A categoria “desaparecido” simboliza, ainda de acordo com Catela, uma tripla condição: “a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura”.⁴¹ Nesse sentido, a ausência do corpo e de um ritual fúnebre perpetua a dor, já que o corpo “condensa e domestica a morte. Torna-a concreta, definitiva, presente, individual, identificada”.⁴² Assim sendo, o desaparecimento, de certa forma, *mata a própria morte*.⁴³

A falta do corpo também significa ausência de um túmulo, que, por sua vez, constitui-se em um *lugar de memória*⁴⁴, onde a história e a identidade da vítima são reafirmadas, através de rituais de lembrança. Sem uma sepultura, os familiares necessitam criar novas formas e estratégias – públicas ou privadas, individuais ou coletivas – para lembrar os desaparecidos.⁴⁵

Um ano após o desaparecimento de Ana Rosa, K. procurou o rabino no cemitério israelita do Butantã a fim de solicitar um *matzeivá*⁴⁶ para a filha ao lado do túmulo de sua mãe. O rabino recusou-se terminantemente. Sem corpo, não há ritual nenhum, afirmou ele. E ainda

⁴⁰ CATELA, Ludmila da Silva. “Desaparecidos e direitos humanos. Entre um drama nacional e um dilema universal”. In: NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto Kant (orgs.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói, RJ: EdUFF, 2001a, p. 212.

⁴¹ CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares desaparecidos na Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001b, p. 150.

⁴² CATELA, Ludmila da Silva. *op. cit.* 2001a, p. 220.

⁴³ Cf. MATOS, Cecília Rebelo; SANTOS, Desirree dos Reis & SILVA, Izabel Pimentel da. “Marcas da ausência: o drama dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S. & ARAUJO, Maria Paula (orgs.). *Marcas da memória: História oral da anistia no Brasil*. Pernambuco: Ed. UFPE, 2013.

⁴⁴ Cf. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

⁴⁵ CATELA, Ludmila da Silva. *op. cit.* 2001a, p. 227-228.

⁴⁶ Na tradição judaica, *matzeivá* é a lápide colocada no túmulo em geral um ano após o sepultamento, a fim de tornar mais viva a lembrança do morto.

acusou: “O que você quer na verdade é um monumento em homenagem à sua filha, não é uma lápide, não é um matzeivá; mas ela era terrorista, não era? E você quer que a nossa comunidade honre uma terrorista no campo sagrado, que seja posta em risco por causa de uma terrorista? Ela não era comunista?”.⁴⁷ K. teve então a ideia de escrever um livro de memórias com fotografias em homenagem à filha: uma lápide em forma de livro. Mas a resposta do dono da pequena gráfica foi semelhante à do rabino: “Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para a minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa. Onde já se viu, material subversivo, uma desaparecida política, uma comunista. Ela não era comunista?”.⁴⁸ A inscrição simbólica da existência de Ana Rosa e Wilson Silva, seu marido, veio quando seus nomes batizaram duas modestas ruas em um bairro periférico de Niterói, através de um projeto de lei de um vereador de esquerda: as 47 ruas do loteamento receberam nomes de 47 desaparecidos políticos.

Em 23 de outubro de 1975, o corpo docente do Instituto de Química da USP se reuniu. Passaram-se dezenove meses desde o “desaparecimento” de Ana Rosa. Na reunião, foi aprovado o pedido da Reitoria de demissão da professora por “abandono de função”. A ata desta reunião é um dos únicos documentos utilizados pelo autor em sua narrativa literária. Bernardo Kucinski se ressentiu:

Muitos anos depois, a reitoria anunciaria de público a injustiça da demissão da professora. Mas nunca admoestou nenhum dos envolvidos, nunca resgatou suas dívidas com a família. Os presentes a esta reunião da Congregação nunca se desculparam. (...) o desligamento da professora foi publicado no Diário Oficial por ato do senhor governador do Estado, Paulo Egídio Martins, outro que nunca se desculpou.⁴⁹

O sofrimento de K. pelo “desaparecimento” de sua filha e a angústia e agonia pela ausência de informações de seu paradeiro o acompanharam pelo resto de sua vida. Naquele que seria seu último dia de vida, K. foi visitar presos políticos no presídio militar “Romão Gomes” no bairro paulista de Barro Branco. Alguns eram da mesma organização de sua filha e genro. K. contou-lhes toda a história do desaparecimento de sua filha querida. Ainda tinha esperanças de saber o que lhe acontecera. Os presos políticos sabiam que ela estava morta há tempos. Ao

⁴⁷ KUCINSKI, Bernardo. *op. cit.*, p. 82-83.

⁴⁸ *Idem*, p. 84.

⁴⁹ *Idem*, p. 148; 153.

relembrar sua saga, K. chorava, soluçava. Curvou-se, respirou fundo e, enfim, cerrou seus olhos definitivamente.

O pai, que passou os últimos anos de sua vida numa jornada incansável em busca de notícias da filha, morreu sem saber o que de fato lhe acontecera. Mas, afinal, onde e como Ana Rosa morreu? Onde foi depositado seu corpo? Em seu livro, Bernardo Kucinski relata a versão de que sua irmã, após ser sequestrada em São Paulo, teria sido levada para a chamada *Casa da Morte*, um centro clandestino de tortura e assassinato criado pelos órgãos de repressão da ditadura numa casa em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro.⁵⁰ De acordo com seu relato – que supostamente baseou-se nas revelações de uma ex-faxineira da *Casa da Morte* – Ana Kucinski, antes de ser levada para a tortura, teria se suicidado, ao engolir uma cápsula de cianureto.⁵¹ A versão de que Ana Rosa morreu antes de passar pelas brutais torturas às quais os militantes revolucionários eram submetidos antes de serem assassinados pelos órgãos de repressão talvez pareça menos dolorosa para a família...

Mesmo passados quase 40 anos após o “desaparecimento” de Ana Rosa e Wilson, ainda não se sabe cabalmente o que de fato aconteceu ao casal. No entanto, pouco tempo depois da publicação do livro de Bernardo Kucinski, o lançamento de outro livro começou a lançar luz sobre o destino da filha de K. Trata-se do polêmico e impactante *Memórias de uma guerra suja*, fruto do depoimento de Cláudio Antônio Guerra concedido aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros. O depoente é ex-delegado do DOPS, e, junto com Sérgio Fleury, atuou como um dos mais sanguinários executores de opositores do regime civil-militar. Atualmente, Cláudio Guerra, um senhor de mais de 70 anos, é pastor evangélico e decidiu revelar os bastidores da destruição da esquerda brasileira ao longo das décadas de 1970.

Cláudio Guerra relatou que Ana Rosa e Wilson foram levados para o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna), localizado na rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca no Rio de Janeiro. O ex-delegado

⁵⁰ No dia 27 de novembro de 2012, foi publicado no Diário Oficial de Petrópolis o decreto que desapropria o imóvel, onde outrora funcionou a *Casa da Morte*, “para fins de utilidade pública”. Este é o primeiro passo para que o local seja transformado em um centro de memória como reivindicam ex-presos políticos e militantes de organizações de defesa dos Direitos Humanos.

⁵¹ Diante da possibilidade da morte, muitos militantes das organizações revolucionárias optaram pelo suicídio, quando confrontados com situações de cerco policial aparentemente sem saída ou como meio de escapar da tortura. Não era incomum os militantes que carregavam consigo cápsulas de cianureto.

afirma não ter tido participação na tortura e morte do casal, mas assume ter sido o responsável pela ocultação de seus cadáveres. Ele relembra:

Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordida pelo corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morrer por tortura é muito mais desumano.⁵²

Ainda segundo o relato de Guerra, os corpos de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva foram levados para a Usina Cambahyba, localizada em Campos dos Goytacazes (RJ), onde foram incinerados, junto com os corpos de mais oito militantes de esquerda também torturados e assassinados pelos órgãos de repressão da ditadura civil-militar brasileira.⁵³ De acordo com o depoimento de Guerra, durante a ditadura civil-militar, a Usina Cambahyba, então pertencente a uma família de extrema-direita, teria emprestado seu forno para os órgãos de repressão incinerarem os corpos dos militantes de esquerda torturados e assassinados. Em contrapartida, a usina passou a receber benefícios dos militares pelos serviços prestados: acesso a financiamentos, armas e, inclusive, sabotagens às plantações de cana-de-açúcar das usinas concorrentes, praticadas por membros da equipe do DOPS.⁵⁴

Sobre a sua participação na ocultação de dezenas de cadáveres de presos políticos e sua decisão de, décadas depois, revelar estes crimes, Cláudio Guerra explica:

Saber do paradeiro dessas pessoas e não revelá-lo à sociedade já estava me atormentando há muito tempo. Eu sei que cada uma dessas pessoas tem uma família que merece saber a verdade, por pior que ela seja. E se tive coragem, por ideologia, de fazer o que fiz, agora eu preciso ter a mesma coragem para contar o que foi feito. Ao folhear o *Livro dos desaparecidos*, produzido pela

⁵² GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo & MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2012, p. 55.

⁵³ Os outros militantes que também teriam tido seus corpos incinerados na Usina Cambahyba e as respectivas organizações a que pertenciam são: João Batista Rita (M3G ⇒ Marx, Mao, Mariguella e Guevara); Joaquim Pires Cerveira (FLN ⇒ Frente de Libertação Nacional); David Capistrano (PCB ⇒ Partido Comunista Brasileiro); João Massena Melo (PCB); José Roman (PCB); Luiz Ignácio Maranhão Filho (PCB); Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira (APML ⇒ Ação Popular Marxista-Leninista); e Eduardo Coleia Filho (APML). Cf. GUERRA, Cláudio. *op. cit.* p. 50-59. Cláudio Guerra repetiu seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade, instalada em maio de 2012. Ainda não se sabe se as informações reveladas por Guerra – que incluem a confirmação do assassinato do delegado Fleury, em oposição à versão oficial de morte por afogamento acidental – e se os nomes denunciados por envolvimento nos crimes de violação dos direitos humanos estão sendo investigados e quais serão seus desdobramentos.

⁵⁴ Cf. GUERRA, Cláudio. *op. cit.* p. 51;58.

Presidência da República, consegui identificar as pessoas que eu levei para cremação. Os corpos, repito, já chegavam mortos para mim. Não tenho responsabilidade pela tortura e pelo assassinato deles, mas sim pelo desaparecimento.⁵⁵

* * *

A narrativa de “K” encerra-se com uma carta fictícia de Rodriguez, codinome de Wilson Silva, marido de Ana Rosa, destinada ao companheiro “Klemente”. Kucinski esclarece: “Tomei como base situações vividas. Exceto um ou outro texto, como, por exemplo, a carta ao companheiro Klemente, que fecha a narrativa, foi totalmente criada. Achei que deveria dar um recado”.⁵⁶ E deu: a carta fictícia é dirigida a Clemente, nome de “guerra” de Carlos Eugênio Paz, o último comandante ainda vivo da ALN, que, na época do desaparecimento de Ana Rosa, se encontrava no exílio na França. O texto é, na verdade, um recurso literário para elaboração de uma crítica contundente à opção pela luta armada adotada por boa parte da esquerda brasileira – e latino-americana – ao longo das décadas de 1960 e 1970. Rodriguez/Kucinski é incisivo:

Já suspeitávamos que a ditadura decidira não mais fazer prisioneiros. Tínhamos que ter analisado; feito a autocrítica, reconhecido que estávamos isolados. Talvez ainda desse para preservar muitas vidas. Em vez disso, decidimos lutar até o fim, mesmo que não desse em nada. (...) O que mais me impressiona hoje é a nossa perda gradativa da noção de totalidade; não ver o todo. E, ao não ver o todo, não ver as relações entre as partes, as contradições, as limitações. Ficamos cegos; totalmente alienados da realidade, obcecados pela luta armada.⁵⁷

Esta crítica à tática da luta armada é, obviamente, construída *a posteriori* e, aliás, também foi efetuada pelas organizações revolucionárias a partir da segunda metade da década de 1970. Aos que sobreviveram, nas prisões, na clandestinidade ou no exílio, restava examinar a própria atuação em busca das razões da derrota – um doloroso processo de acerto de contas com o passado e consigo mesmo.

⁵⁵ Cf. GUERRA, Cláudio. *op. cit.* p. 54.

⁵⁶ KUCINSKI, Bernardo *apud* LUÍSE, Desirée. *op. cit.*

⁵⁷ KUCINSKI, Bernardo. *op. cit.* p. 173-2-173.

Contudo, é preciso compreender que as organizações revolucionárias da esquerda brasileira estavam inseridas num contexto mundial, marcado pela vitória da Revolução Cubana, pela independência da Argélia, pela Guerra do Vietnã, pela rebelião estudantil mundial... O horizonte era revolucionário. O mundo caminhava para o socialismo. Isso era uma certeza, inquestionável. Era preciso partir pra ação. Era possível mudar a história. *Ousar lutar, ousar vencer* era o lema do capitão Lamarca, um dos maiores símbolos e heróis da esquerda armada brasileira. Nesse quadro, “ninguém realmente punha em dúvida as possibilidades de êxito da guerra revolucionária (ou da revolução brasileira)”.⁵⁸ Assim sendo, podemos dizer que a esquerda revolucionária brasileira compartilhava a *mesma cultura política*, conceito que, segundo Serge Berstein, nos permite

compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela [a cultura política] fá-los tomar parte coletivamente numa *visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual*.⁵⁹

Os revolucionários brasileiros, que pegaram em armas no combate à ditadura e, sobretudo, ao capitalismo, compartilhavam a *mesma leitura do passado* (a atribuição da derrota em 1964 à inércia do PCB e demais lideranças políticas), a *mesma perspectiva de futuro* (a revolução), as *mesmas crenças* (como a inevitabilidade da crise do sistema capitalista e a missão histórica do proletariado), os *mesmos gestos* (as ações armadas nas cidades), o *mesmo vocabulário* (termos como expropriações, aparelhos, pontos, quedas), os *mesmos símbolos* (as figuras de Ho Chi Minh e “Che” Guevara, por exemplo), enfim, um conjunto de elementos que os unia e lhes conferia uma identidade – a de *guerrilheiro*.

Nesse sentido, consideramos que somente a partir da análise da *cultura política* que condicionava a práxis das organizações revolucionárias das décadas de 1960 e 1970, poderemos não só compreender suas trajetórias, estrutura e funcionamento, mas também elucidar o *projeto revolucionário* da esquerda armada brasileira. Se deslocada deste contexto e da cultura política

58. AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 71.

59. BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 362. Grifos nossos.

acima apresentada, a opção pela luta armada empreendida pelas esquerdas brasileiras perde seu sentido, tornando incompreensível a mobilização de tantas vidas naqueles projetos revolucionários.

A carta fictícia do livro de Kucinski também critica as direções revolucionárias – em especial a direção da ALN – pela “pressão sobre os que começavam a hesitar. Em vez de ser tratada como questão de segurança, virou questão ideológica. Pior que isso, questão moral, como se sair fosse o mesmo que trair”.⁶⁰ Essa pressão, de fato, existia. Com a crescente marginalização social dos grupos armados, já no início da década de 1970, os militantes viviam – muitas vezes silenciosamente – um dilema dilacerante: abandonar a organização e ser tachado de “traidor”, acusado de “desbunde”, ou permanecer na luta e encontrar quase que fatalmente a prisão e a morte.

Entretanto, essa pressão não era exercida apenas de cima pra baixo, a partir da direção das organizações. Na realidade, podemos dizer que essa pressão era também individual, ou seja, *compartilhada e introjetada* pela maioria dos guerrilheiros, de acordo com toda a cultura política envolvida na militância armada. Na primeira metade da década de 1970, atingira-se um *ponto de não retorno*, para usar a expressão cunhada por Frantz Fanon.⁶¹ Diante dos pressupostos teóricos adotados, do nível de engajamento político alcançado e da “obrigação moral” com os militantes mortos, presos e torturados, recuar, mesmo para as organizações que constavam essa necessidade, era muito difícil e, para muitos, uma opção fora de cogitação. Renato Tapajós, ex-militante da *Ala Vermelha*, relembra que abandonar a luta ou mesmo sair do país era encarado como deserção e falta de compromisso com os companheiros “caídos”:

(...) desertar é largar os outros no fogo e procurar um caminho certo quando os outros estão morrendo. Por que *o meu compromisso é com os mortos e com os que vão morrer. (...) a gente não pode mais voltar a partir de um certo ponto porque o peso nas costas, o peso de todos os mortos é grande demais.*⁶²

O início dos anos 70 configura-se como uma conjuntura marcada pelo refluxo dos movimentos sociais e pelo crescente isolamento social dos grupos armados, que, enredados em

⁶⁰ KUCINSKI, Bernardo. *op. cit.* p. 174.

⁶¹ FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 70.

⁶² TAPAJÓS, Renato. TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 160-161. Grifos nossos.

sua prática guerrilheira e sem bases sociais solidamente estabelecidas, entraram numa dinâmica própria de auto-sobrevivência. À medida que a vitória se afastava cada vez mais definitivamente, a morte, que de possibilidade tornara-se quase uma certeza, se aproximava mais velozmente – não só a morte individual, mas também a morte política do projeto revolucionário da esquerda armada brasileira.

* * *

O prólogo e o epílogo de “K” remetem à perpetuação da dor de Bernardo Kucinski nos dias atuais. Somente nessas duas passagens, o autor escreve na primeira pessoa do singular. E relata que pistas falsas sobre o paradeiro de Ana Rosa Kucinski ainda fazem parte da rotina da família. Dois meses antes do encerrar a escrita do livro, uma mulher telefonou para sua casa avisando que tinha visto Ana Rosa no Canadá, almoçando em um restaurante. O sarcasmo do sistema repressivo brasileiro parece ainda não ter sido desarticulado...

Kucinski relata ainda as correspondências que, de tempos em tempos, chegam à sua casa destinada à irmã “desaparecida” há quase 40 anos. São cartas de bancos, oferecendo cartões de crédito e serviços financeiros variados. Inevitavelmente, as marcas da ausência vêm à tona:

Sempre me emociono à vista de seu nome no envelope. E me pergunto: como é possível enviar reiteradamente cartas a quem inexistente há mais de três décadas? Sei que não há má-fé. Correio e banco ignoram que a destinatária já não existe (...) É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse (...) Como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam filhos e netos.⁶³

O belo e emocionante livro de Bernardo Kucinski é, concomitantemente, *testemunho* e *testemunha*. Nesse sentido, retomando as proposições de Márcio Seligmann-Silva, “K” mistura *testis* e *superstes*, ou seja, o relato da testemunha e ao mesmo tempo o do sobrevivente, além de um terceiro elemento, o escritor, que, ao empunhar sua pena e permitir-se usar a imaginação, consegue *narrar o trauma*. “Às vezes nem eu mesmo acredito que escrevi. É especial, porque é uma espécie de descarrego. O livro nasce de um processo cíclico, que seria impossível de repetir. (...) Trouxe algo que ainda não sei identificar, mas foi como: ‘soltei o que estava dentro

⁶³ KUCINSKI, Bernardo. *op. cit.* p. 15-16.

de mim””, afirmou Bernardo Kucinski.⁶⁴ Narrar o trauma, com ou sem os recursos da literatura, é, de certa forma, libertador.

* * *

No Brasil, cerca de 50.000 pessoas foram presas durante o período da ditadura civil-militar; 7.367 indiciadas e 10.034 atingidas na fase de inquérito, em 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional; 4.862 foram cassadas; 130 banidas; milhares de exilados e, pelo menos, 426 mortos e desaparecidos políticos (incluindo 30 no exterior).⁶⁵ Ana Rosa Kucinski figura nesta infeliz lista de desaparecidos políticos. Tinha 32 anos quando foi vista pela última vez no dia 22 de abril de 1974. Saíra com o marido para comemorar seu aniversário de quatro anos de casamento. Era culta. Era professora em uma conceituada universidade. Era independente. Não tinha filhos (e não teve tempo de tê-los). Era militante de uma organização revolucionária. Era mulher em tempos sombrios.

A participação feminina no espaço público, e especificamente no campo da política, foi uma das mais marcantes características das décadas de 1960 e 1970 no Brasil e no mundo. Nesse contexto, as mulheres extrapolaram os limites domésticos, adentraram o espaço público (até então território exclusivo dos homens), foram às ruas para expressar suas opiniões políticas, romperam padrões e questionaram o moralismo e a sexualidade.

Segundo os dados computados pelo *Projeto Brasil Nunca Mais*⁶⁶, e sintetizados por Marcelo Ridenti, podemos constatar que a maioria dos militantes das esquerdas era composta por homens: dos 4.124 processados pela Justiça Militar, 3.464 eram homens, perfazendo um total de 84,0%. Nos grupos armados urbanos, o percentual de mulheres ficou entre 15% a 20%.⁶⁷

O percentual de mulheres que participaram de organizações da esquerda armada não deve ser menosprezado, pois, embora pareça relativamente baixo, como destacou Marcelo

⁶⁴ KUCINSKI, Bernardo *apud* LUÍSE, Desirèe. *op. cit.*

⁶⁵ TELES, Janaína de Almeida. “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson & TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009, p. 152.

⁶⁶ Trata-se de um amplo projeto, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, que procurou recuperar as regras do sistema jurídico que vigorou no Brasil a partir de 1964, quando da implantação da ditadura civil-militar, elegendando como fonte básica os autos dos processos judiciais instaurados durante o regime autoritário para apuração dos crimes de natureza política. A partir de mais de 700 processos completos reunidos pela equipe do projeto, localizados, sobretudo, no Superior Tribunal Militar, foi possível analisar as instituições jurídico-políticas no regime militar, a estrutura do aparelho repressivo, a legislação de segurança nacional, o perfil dos atingidos e as práticas de tortura sistemática.

⁶⁷ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, p. 197.

Ridenti, ele refletia uma profunda ruptura com o papel submisso até então relegado às mulheres na sociedade brasileira: a regra geral era a não participação feminina na política.⁶⁸ Além disso, o número de mulheres processadas por vinculação aos grupos armados foi superior ao de mulheres processadas por integração às esquerdas tradicionais. Por exemplo, nos processos relativos ao PCB, apenas 4,7% eram de mulheres. Mesmo nos grupos armados mais militaristas, cujas atividades exigiam enorme esforço e preparo físicos, a participação do chamado “sexo frágil” era notável: na *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR), por exemplo, chegava a 24,1%.⁶⁹ E, por fim, Ridenti ressalta que “a participação relativa feminina nas organizações de esquerda armada era próxima do percentual de mulheres na composição da população economicamente ativa no Brasil”.⁷⁰

Durante a ditadura civil-militar brasileira, as mulheres guerrilheiras eram encaradas como duplamente desviantes: ousaram insurgir-se contra a ditadura e ousaram desafiar os padrões impostos e aceitos socialmente que definiam como deveria portar-se uma mulher. Nesse sentido, é importante destacar o papel que estas mulheres guerrilheiras exerceram não só no combate à ditadura, mas também na contestação ao papel tradicionalmente destinado às mulheres na sociedade: mães, filhas, donas-de-casa, restritas ao espaço doméstico. Ainda que a participação feminina na esquerda armada brasileira não fosse “motivada pela problemática do papel das mulheres e de seu *status* na sociedade brasileira”⁷¹, estas guerrilheiras lançaram as bases para o movimento feminista, que eclodiria no Brasil na segunda metade da década de 1970.

A estas mulheres guerrilheiras, *feitas de ferro e de flor*⁷², podem ser dedicados os versos do poeta Alex Polari, ex-guerrilheiro da *Vanguarda Popular Revolucionária*: “Nossa geração teve pouco tempo/ começou pelo fim/ mas foi bela nossa procura/ ah! moça, como foi bela nossa procura/ mesmo com tanta ilusão perdida, quebrada/ mesmo com tanto caco de sonho onde até hoje a gente se corta”.⁷³

⁶⁸ Idem, p. 198.

⁶⁹ Idem, p. 198-199.

⁷⁰ Idem, p. 199.

⁷¹ BASTOS, Natália de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda – Brasil: anos 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 45.

⁷² Referência à poesia “Feito de ferro e de flor”, de Ferreira Gullar, escrita em homenagem a Gregório Bezerra, histórico dirigente do PCB: “Mas existe nesta terra muito homem de valor que é bravo sem matar gente, mas não teme o matador, que gosta da sua gente e que luta a seu favor, como Gregório Bezerra, feito de ferro e de flor”.

⁷³ POLARI, Alex. “Idílica estudantil”. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/ap01.html>>. Acesso em: 03/02/2013.